

*Discurso na solenidade de assinatura de
Mensagem ao Congresso Nacional com
proposta de emenda constitucional sobre
o Capítulo da Educação*

PALÁCIO DA ALVORADA, BRASÍLIA, DF, 15 DE OUTUBRO DE 1995

*Senhor Vice-Presidente, Dr. Marco Maciel; Senhor Ministro da Educação,
Dr. Paulo Renato Souza; Senhores Ministros; Senhor Ministro da Justiça;
Senhores Professores; Senhoras e Senhores;*

Hoje é um dia muito significativo para o Brasil. Primeiro, porque é o Dia do Professor. Até mesmo, como nós três aqui somos professores e o Ministro Jobim também, é um dia que nos toca diretamente. Mas é mais do que isso. Nós todos sabemos que, entre as questões fundamentais que o Brasil está enfrentando – e tem que enfrentar com mais vigor –, a questão da educação assume uma posição central.

Nós temos conseguido, já há algum tempo, manter a estabilização da moeda, o valor do Real. Isso é muito importante, porque possibilita outras ações. É importante, porque possibilita isso. Agora, nós podemos divisar, com mais tranqüilidade, um horizonte, e cabe ao Governo, cabe à sociedade – quando digo Governo, não me refiro ao Governo Federal apenas, refiro-me ao conjunto das entidades político-administrativas, aos municípios, aos governos estaduais e também às organizações não-governamentais e à sociedade de um modo geral –,

cabe a esse conjunto todo colocar a questão da educação como uma prioridade, de verdade.

Há um exemplo recente dos países que conseguiram transformar-se com rapidez – as chamadas economias emergentes. Em todos eles, em todos esses exemplos, há, por trás do grande desempenho da economia e de um maior bem-estar da sociedade, um programa educativo que foi capaz de alterar as condições de alfabetização, de formação do professor, de curso não só primário, mas de curso secundário, de curso profissionalizante e de universidade.

Pois bem, essa emenda que estou assinando e enviando ao Congresso, que não é surpresa para os governadores – eu, aqui, aproveito para agradecer aos 27 governadores de cada um dos estados do Brasil, porque eles receberam esta emenda há um mês, participaram da discussão – neste momento em que a estou assinando e enviando ao Congresso, cabe-me dizer que nós estamos tomando uma decisão, que esperamos que seja um passo definitivo – e olha que estou usando uma expressão forte: definitivo – para mudar o rumo da educação no Brasil.

Quantas vezes, como professor universitário, como Líder da oposição e, agora, como homem de governo, eu mesmo disse que era preciso dar uma atenção maior ao ensino fundamental, ao ensino básico, sem prejuízo para o ensino universitário e para os demais níveis de ensino. Realmente, a cidadania depende da formação, em massa, de pessoas capazes de ler, de escrever, de ter as noções fundamentais, para que possam, realmente, fazer suas opções, fazer suas escolhas e também se inserir, de maneira mais construtiva, no mercado de trabalho.

Esta emenda constitucional vai permitir que se modifique, se altere a distribuição de recursos, em favor do ensino fundamental. E isso eu creio que é muito significativo.

O que quero expressar, quando digo que nós vamos modificar o modo pelo qual os recursos são distribuídos? A Constituição já assegura, primeiro, que, das verbas federais, 50%, pelo menos, se destinem ao ensino fundamental. Segundo, que, em cada um dos municípios do Brasil, que são milhares, em cada um dos estados, 25% dos recursos sejam dirigidos para a educação.

Portanto, a uma primeira vista, poder-se-ia dizer que o Brasil dispõe já de um conjunto de recursos para a educação. E isso é verdade. Mas, também, é sabido que a distribuição desses recursos não é a melhor. Também é sabido que, muitas vezes, se gasta mal. Muitas vezes, os recursos não chegam à ponta da linha, lá, na escola, para o professor, para o aluno que está cursando a sua escola primária, por esses enormes interiores do Brasil, por essa enorme vastidão do nosso território, e das capitais também.

Esta emenda à Constituição vai criar um Fundo de Valorização e Desenvolvimento do Professor nas Escolas Primárias. Isso não foi feito por uma decisão tecnocrática. Não foi apenas o entusiasmo do Ministro Paulo Renato Souza e de sua equipe – e eu aproveito para agradecer tanto ao Ministro quanto à equipe, extremamente dedicada e competente, do Ministério da Educação. Não foi apenas o empenho deles. Houve, também, um fórum de valorização do professor, uma organização mais ampla, que congrega muitos professores do Brasil, no qual discutiram essa matéria, discutiram como melhor valorizar o professor.

Portanto, é alguma coisa que não nasce, pura e simplesmente, da decisão de cima, do Governo, mas que vem de um debate, e esse debate mostra a todo mundo que é necessário, efetivamente, redistribuir melhor os recursos. Qual é a proposta de redistribuição de recursos que se está fazendo aqui? A proposta é a seguinte: nós vamos fazer com que, dos 25% de recursos destinados à educação, em cada um dos níveis, municipal e estadual, pelo menos 15% se destinem exclusivamente à educação fundamental, ao ensino básico, à escola primária.

Há uma distribuição hoje, no Brasil, muito desigual desses recursos. Há municípios – felizmente são poucos – que já não mantêm uma rede escolar primária, e são ricos os municípios. Outros não as mantêm porque não têm recursos. As duas situações são anômalas. Cabe basicamente ao município manter a rede de escolas para a educação fundamental. Nesses municípios, muitas vezes, não existe, portanto, uma distribuição de recursos condizente com os ditames da Constituição. Através desse fundo, nós vamos fazer com que efetivamente esses municípios utilizem esses recursos para a escola primária.

Mas, como hoje existe também uma desigualdade muito grande na renda dos municípios, muitos desses municípios não têm condições de pagar adequadamente ao professor. Através desse fundo, não só nós estamos fazendo com que haja destinação específica de recursos para a escola primária, como estamos também tomando uma outra providência, que é fundamental. Nós vamos fazer com que, em média, em todo o Brasil, haja um dispêndio de 300 reais, por estudante, na escola primária. Pode-se dizer: “Trezentos reais por estudante, por ano, é muito pouco.” Não é verdade. Os requisitos internacionais falam em alguma coisa bastante diferente disso. Duzentos reais já seriam o mínimo necessário. Nós estamos dando 50% acima desse mínimo, que se considera como patamar indispensável para que a educação possa existir de uma maneira razoável.

Se nós conseguirmos gastar, como faremos, em média, 300 reais, por estudante, nas escolas primárias, vamos querer também fazer com que o salário médio do professor brasileiro seja de 300 reais.

Então, são duas condições importantes, a partir da formação desse Fundo de Valorização do Professor. Nós vamos aumentar o dispêndio para a escola primária e vamos, ao mesmo tempo, fazer com que o salário médio do professor fique por volta de 300 reais mensais. Agora, dir-se-á: “Mas 300 reais?” Isso pode parecer nada. Em alguns estados paga-se mais, e é verdade. Os que pagam mais continuarão pagando mais. É por isso que nós não estamos falando em piso, porque alguns pagam mais, mas outros – envergonho-me até de dizer – pagam 30, 40, 50 reais por quatro horas de aula.

Nesses municípios em que o professor recebe essa quantia ínfima de dinheiro, haverá uma elevação substancial do salário médio. Havendo uma elevação substancial do salário médio, sobe automaticamente o piso desse salário, e nós vamos, mais adiante, discutir mais profundamente, para que haja menor dispersão nos salários, ou seja, para que não haja um grupo ganhando muito e uma massa de professores ganhando pouco. Mas nós estamos raciocinando em termos da média, e essa média já nos assegura uma melhoria efetiva para o salário do professor.

Então, são medidas importantes, são fundamentais, que estão sendo tomadas. Nós estamos propondo ao Congresso que as adote de uma maneira direta. Com isso, vamos realmente modificar a distribuição de recursos e valorizar o professor naquilo de que ele precisa também para sua dignidade, que é um salário um pouco melhor. Paga-se mais pela escola, ensina-se mais na escola primária, e, na verdade, o professor passa a receber alguma coisa mais condigna, mais decente, para que possa sobreviver.

Os problemas do ensino não se resumem a isso. O Ministério da Educação tem outros programas, como o programa de televisão à distância, que está sendo instaurado. Nós estamos querendo 45 mil postos de televisão não para o aluno diretamente, mas para o treinamento do professor, e isso é muito importante. Nós temos feito. E são programas antigos, que estão sendo aperfeiçoados, de transporte escolar, programas de merenda escolar, programas de distribuição de livros, enfim, um conjunto de medidas. Mas esta de hoje é a que permite realmente uma alteração fundamental no modo pelo qual os governos, no seu conjunto, fazem a destinação dos seus recursos e a maneira pela qual expressam o seu compromisso efetivo de melhoria da condição do ensino e da melhoria da condição de vida do professor.

Não vamos nos esquecer dos currículos, do conteúdo dos currículos e tudo o mais. Mas, sem que houvesse um sinal muito claro de que o Governo vai acabar com a ganância desordenada de recursos, não seria possível realmente levar adiante um processo de transformação.

Quanto tempo vai levar para que efetivamente nós tenhamos uma escola melhor? Algum tempo. Algumas delas já são boas, outras são mais ou menos, outras são ruins. Leva-se algum tempo. Mas o Presidente da República, o Ministro de Educação, o Vice-Presidente da República, os técnicos em educação, nós não estamos aqui para tomar medidas que beneficiem, momentaneamente, a educação. Nós estamos aqui para tomar medidas que beneficiem, a longo prazo, o desenvolvimento do Brasil.

De modo que eu creio que, hoje, nós podemos dizer que a melhor maneira de prestar um tributo ao Dia do Professor, ao professor, é

dizer: o Governo está atento às suas dificuldades, o Governo está atento às dificuldades da educação no Brasil e está, dentro do seu âmbito, limitado pela disponibilidade de recursos, tomando as medidas pertinentes, para que nós, efetivamente, venhamos a ter um Brasil em que a cidadania seja plena, um Brasil em que as pessoas saibam escolher, por conta própria, os seus próprios destinos, que possam se engajar no mercado de trabalho, que se preparem para um mundo em que o conteúdo tecnológico é crescente, até mesmo para a possibilidade do emprego. Portanto, num mundo e num país em que as pessoas se sintam mais dignas, que se sintam mais capazes de exigir e, ao mesmo tempo, de perceber que existe, nos governantes, um espírito que é de responsabilidade, um espírito de cooperação para com esses valores fundamentais.

Eram essas as linhas gerais em que essa decisão veio sendo tomada. E eu reitero meu agradecimento a todos os que prepararam as decisões. Reitero os agradecimentos ao fórum de valorização do professor. Peço que continuem discutindo. Nós sabemos que é apenas um primeiro passo, mas um primeiro passo. Nós vamos, mais adiante, discutir os assuntos das universidades, a autonomia das universidades, uma melhor maneira de dar recursos às universidades, para que elas possam dispor desses recursos de forma responsável. Nós vamos lidar com os problemas do ensino profissionalizante, a seu tempo.

Mas eu creio que era necessário dar um sinal claríssimo de que o que sempre se disse começa agora a ser posto em prática: é a valorização do ensino fundamental. De modo que nós estamos dando seguimento àquilo que disse no início do Governo, do Acorda Brasil: está na hora da escola.

Muito obrigado.